

A REPRESSÃO SOBRE AS LUTAS PELA TERRA DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL EM TEMPOS DITATORIAIS (1964-1985)

Me. Leonardo Leal Chaves

Universidade de Coimbra, Portugal

Resumo

No Brasil, após o Golpe Civil-Militar, em 1964, que destituiu o presidente democraticamente eleito, João Goulart, teve início o processo de intensa repressão sobre os movimentos sociais, cuja mobilização havia atingido patamares elevados durante sua presidência. A institucionalização da repressão política deu-se por meio da constituição de um sofisticado aparato repressor cuja capilaridade se estendia por todo o tecido social. Esse estudo propõe-se a investigar a atuação do Estado ditatorial brasileiro, entre os anos de 1964 e 1985, através de seus órgãos de repressão como o Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e o papel do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), posteriormente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em sua política de uso, demarcação de terras indígenas e mediações de conflitos entre fazendeiros, madeireiros e indígenas. Os documentos recebidos, elaborados e publicados pela Comissão Nacional da Verdade compõem o *corpus* documental deste trabalho juntamente com a análise do “Relatório Figueiredo”, escrito em 1967 pelo procurador de justiça Jader de Figueiredo Correia, descrevendo arbitrariedades cometidas por latifundiários e funcionários da SPI contra indígenas brasileiros. A fundamentação para a investigação se dará no âmbito dos trabalhos produzidos a partir da Resolução nº 5/2012 que instituiu grupo de trabalho sobre violações de direitos humanos relacionadas à luta pela terra e contra populações indígenas, por motivações políticas. Parte-se aqui do pressuposto de que esses não foram casos isolados, mas compõem um cenário sistêmico, na medida em que resultam diretamente de políticas estruturais de Estado, potencializadas após a decretação do Ato Institucional Nº 5, em 1968.

Palavras-chave

Ditadura Civil-Militar, Aparelhos de Repressão, Direitos Humanos, Políticas Indigenistas.

1. O Golpe Civil-militar no Brasil e seus Aparelhos de Repressão

A caracterização da natureza do movimento que destituiu o presidente democraticamente eleito, João Goulart, em 01 de abril de 1964, do regime então instaurado e da atuação de seus aparelhos de repressão ainda são objetos de intensos debates na historiografia brasileira. As conceituações, sem a pretensão de esgotar tal debate, variam entre Militar (FICO, 2017), Civil-Militar (REIS, 2014), Empresarial-Militar (DREIFUSS, 1981)²²². O uso sistemático da violência política do regime ditatorial brasileiro contra seus opositores, aqui considerado como elemento basilar para o entendimento de sua própria manutenção e longevidade, especialmente nos últimos anos da década de 1960 e na primeira metade da década de 1970, é aqui privilegiado devido ao recrudescimento da opção do Estado por uma estratégia de desenvolvimento econômico fundamentada na ideia de exploração e integração de áreas definidas como “vazios demográficos” e pela resistência e luta dos povos indígenas brasileiros em defesa do avanço sobre suas terras.

A noção de crimes e atentados contra a Segurança Nacional, além da ideia de ausência de qualquer obstáculo à implementação do Plano de Integração Nacional (PIN), tornar-se-iam tônicas para a fundamentação, articulação e uso dessas engrenagens repressivas, por meio da investigação, vigilância e detenção de “elementos subversivos”, conceito abrangente para os militantes da luta armada e partícipes de movimentos sociais ou integrantes de organizações de esquerda, através da polícia política brasileira e na articulação de seus sistemas de informações (e contrainformações). Os controles do Estado sobre a sociedade também podem ser notados nas ações de censura, espionagem, interrogatórios, detenções, assassinatos e torturas, sob a égide do Serviço Nacional de Informações (SNI) e suas ramificações no Brasil, além da criação de órgãos que tratavam especificamente sobre a “questão indígena”, como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e da Guarda Regional Indígena (GRIN).

Com objetivo de coordenar as atividades de informação e contrainformação relativas às questões internas e externas no que tange à segurança nacional, é criado, através da Lei nº 4.314, de 13 de julho de 1964, o SNI. Considerado por Thomas

²²² Sobre a ação de importantes grupos civis na destituição de Goulart, como a atuação do complexo IPES/IBAD, ver DREIFUSS, 1987. Para um panorama das correntes historiográficas sobre o tema, ver Melo, 2012.

Skidmore como o “órgão máximo de inteligência do governo” (SKIDMORE, 1988: 317), o SNI tem como precedente na atuação e repressão às dissidências o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), fundado em 30 de março de 1924, abrangendo o controle e fiscalização de atividades políticas, movimentos de organização dos trabalhadores e o combate ao comunismo a nível estadual. O aproveitamento dessa estrutura coercitiva pós-1964, segundo Mariana Jofilly, apresentava-se limitada devido sua “jurisdição restrita” (JOFILLY, 2014: 96), sendo necessária a criação de outros órgãos e mecanismos de informação e investigação sobre os movimentos contestatórios de parte da sociedade sobre os rumos do regime. O recrudescimento da repressão e a face violenta do regime ditatorial brasileiro encontram, no final da década de 1960, um aumento significativo de atividades dos grupos da esquerda armada, somados à falta de um sistema nacional, militarizado e integrado de repressão policial (NAPOLITANO, 2014: 136). As três forças militares do Brasil possuíam, antes do DOI-CODI, seus respectivos serviços de combate à guerrilha e a subversão. Eram compostos pelo CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), CIEX (Centro de Informação do Exército) e o CISA (Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica) criados, respectivamente, nos anos de 1955, 1967 e 1968. Segundo Napolitano, a superposição dessas agências e seus comandos, a ausência de uma força policial nacional e os limites dos DOPS estaduais desdobraram-se em grandes dificuldades de atuação sobre a oposição armada até a criação do DOI-CODI (NAPOLITANO, 2014: 136).

É criada, assim, a “Operação Bandeirantes” (OBAN), em julho de 1969, com foco no combate aos “subversivos” (conceito abrangente para os militantes da luta armada e partícipes de movimentos sociais ou integrantes de organizações de esquerda), com atuação sobre o desmantelamento das guerrilhas que se arregimentavam pelo território brasileiro. Não contava com participação na dotação orçamentária oficial, sendo financiada por grupos e empresas privadas para atuar no combate ao comunismo e à subversão. A OBAN foi precursora da metodologia repressiva do Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), criado em 1970 a partir de diretrizes elaboradas pelo Conselho de Segurança Nacional e aprovada pelo presidente-general Emilio Garrastazu Médici (1969-1974).

O uso sistemático das práticas de “desaparecimentos forçados”, prisões arbitrárias, assassinatos e torturas, conforme relatos dos próprios presos políticos, familiares e apurações da Comissão Nacional da Verdade (CNV) apontam para a

atuação extremamente violenta dos DOI-CODI, com ramificações em todo território nacional. Extinto pela Portaria Interministerial nº 13-Sec, de 18 de janeiro de 1982, já na presidência do General João Baptista Figueiredo (1979-1985), esse órgão de repressão e “caça aos terroristas” foi substituído pelo Setor de Operações (SOP) e, posteriormente, já sob uma nova Constituição democrática (1988), são regulamentadas as novas atribuições do SNI. A extinção do SNI se desenrola no governo de Fernando Collor de Melo, pela Medida Provisória nº 150, em 1990, que levou à criação da ABIN.

A metodologia repressiva e centralizadora do DOI-CODI foi precedida, como vimos, pela OBAN e com a atuação dos DOPS estaduais, além das ramificações do SNI presentes nas agências regionais, nas Divisões de Segurança e Informações (DSI), instaladas em cada ministério civil, e nas Assessorias de Segurança e Informação (ASI), criadas em cada órgão público e autarquia federal, todos atuando conjuntamente na elaboração de estratégias e levantamento de informações em todos os níveis da sociedade (STARLING, 2015).

Inseridos em um contexto de extrema polarização gestado pela Guerra Fria, o discurso anticomunista perpassa ambos os regimes ditatoriais. Para Jhon Lewis Gadis (2007), as duas ideologias em jogo (capitalismo e socialismo) destinavam-se a proporcionar esperança, sendo exatamente este o sentido próprio das ideologias. Neste complexo campo de disputas entre as superpotências, “uma delas, contudo, passara a depender, para sua realização, da criação do medo. A outra não tinha qualquer necessidade de o fazer. Eis a diferença ideológica fundamental da Guerra Fria” (GADDIS, 2007, p. 105). A possibilidade de interpretação da preocupação dos Estados Unidos com o avanço “vermelho” sobre outros países pode ser verificada no aparelhamento, treinamento ou financiamento de ações que visassem a contenção do comunismo.

1.2 O ideário anticomunista brasileiro e institucionalização de um Terror de Estado

No Brasil, a retórica anticomunista pode ser percebida com as tentativas de desestabilização do presidente João Goulart, democraticamente eleito em 1961, sob a insistente argumentação e fortalecimento desse discurso que culminaria no Golpe Civil-militar no ano de 1964 e na derrubada de seu governo. A importância dos Atos Institucionais (AIs) como instrumentos que regulamentariam uma série de elementos e medidas discricionárias, visando o recrudescimento das ações que tinham como objetivo a manutenção da Segurança Interna e abririam

caminho para a chamada "Operação Limpeza" que resultaria na ativação das múltiplas forças repressivas e daria ao Estado um amplo controle sobre áreas políticas, militares e "psicossociais". Em 1968, com o decreto do AI-5 (considerado o mais discricionário dos AIs) e a organização dos grupos de luta armada como o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), há um significativo aumento na atuação repressiva do Estado ditatorial brasileiro, especialmente no caso da Guerrilha do Araguaia, sendo esta completamente dizimada em 1974. Neste mesmo ano, assume o quarto presidente-general, Ernesto Geisel, que adotaria medidas de caráter "liberalizante" do regime, como a revogação dos Atos Institucionais e a reforma da Lei de Segurança Nacional, muito embora documentos recém desclassificados pela agência de inteligência norte-americana apontem o conhecimento e a ideia de manutenção das torturas e assassinatos de opositores ainda como uma prática recorrente (CIA, Job 80M01048A: Subject Files, Box 1, Folder 29: B-10: Brazil).

Havia ainda as conexões entre a inserção do ideário anticomunista norte-americano, o discurso persecutório contra um "inimigo interno" e o treinamento/aparelhamento de suas polícias políticas para o aperfeiçoamento contra a "guerra subversiva", "a guerra revolucionária" ou "guerrilhas" que retroalimentavam os aparelhos de repressão na atuação no combate à "ameaça vermelha". Parte dessa atuação das polícias políticas luso-brasileiras pode ser entendida como resultado de uma tensão constante entre uma pretensa invisibilidade, fundamental para o funcionamento dos "serviços secretos" de inteligência e sua máquina torcionária, e uma propalada onipresença, elemento marcante para o pleno desenvolvimento da "cultura do terror". Estes dois aspectos são elementos estruturantes dos conceitos denominados como Terror de Estado (PADRÓS, 2008).

A perspectiva da utilização de uma política de Terror de Estado por parte da ditadura brasileira leva em consideração a aplicação de premissas da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND), recorrendo a métodos não convencionais, extensivos e intensivos, para eliminação de qualquer oposição, armada ou desarmada (ALVES, 1984). Para além da percepção do uso da censura e da tortura, há a necessidade de compreensão de sua abrangência, multiplicidade e complementação dessas atitudes repressivas, sem reduzi-las somente à coerção e violência física, cimentadas pela sensação de impunidade que pairava sobre os agentes e executores dessas arbitrariedades. As ameaças de agressões físicas, de torturas, de morte e de desaparecimento da vítima ou da própria pessoa

que enfrentava o desaparecimento de um familiar ou de um amigo, refrearam a mobilização por informações e aplicação de justiça, fortalecendo a sensação da impunidade. A aplicabilidade de um modelo de Terror de Estado na América Latina, mesmo respeitando as especificidades locais, se mostrou abrangente, prolongado, indiscriminado, retroativo, preventivo e extraterritorial (PADRÓS, 2008).

No Brasil, as práticas torcionárias foram amplificadas durante os chamados “anos de chumbo”, no governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), muito embora o crescimento econômico engendrado pelo “milagre”²²³ tenha sido utilizado para escamotear a crise internamente, especialmente sobre sua legitimidade. Assumindo seu caráter mais autoritário e violento, sob a égide de Médici o regime passa por seu momento mais repressivo e conturbado, especialmente em sua relação com os estudantes e com as guerrilhas. A reação dos militares ao aumento das oposições e a intensificação dos movimentos contestatórios ao regime acabaram por justificar o reforço necessário para a reestruturação do aparato repressivo, oriundo dos Atos Institucionais nº 13 e nº 14, que estabeleceram pena de morte, prisão perpétua e o banimento para todos os presos políticos, além das perseguições, apreensões e desmantelamento de algumas organizações de oposição e intervenções em Universidades. Como reforço às atividades da comunidade de informações, a Operação Bandeirante desempenharia um papel fundamental ao conjugar coleta de informações com ação direta. Nesse sentido, segundo Mariana Jofilly (2009), era um órgão “misto”. Especial destaque pode ser dado à atuação do DOPS/SP e à equipe liderada pelo delegado Sergio Fleury Paranhos²²⁴ na prisão de várias lideranças da luta armada.

²²³ A relação entre esse “controle do Estado” e a tentativa de institucionalização de um modelo econômico (e em seu bojo, controle salarial e a criação de um fundo que substituiu as normas de estabilidade no emprego, o FGTS) se coaduna a incorporação pela Constituição de 1967 de partes específicas da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, referentes a um modelo específico que fomentasse o crescimento econômico almejado. Assim, o “caráter permanente dos controles a ele incorporados deu origem a um novo período em que o modelo de desenvolvimento econômico podia ser plenamente aplicado, enquanto o Aparato Repressivo buscava a Segurança Interna absoluta, impedindo a dissensão organizada contra as políticas econômicas e sociais do governo. O Ato Institucional nº 5 forneceria assim o quadro legal para profundas transformações estruturais” (ALVES, 1984, p. 110 e 135).

²²⁴ Delegado da Polícia Civil do estado de São Paulo, lotado no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP), cuja participação em vários “casos de detenção ilegal, tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver” consta em extensa referência nos resultados das apurações da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, RELATÓRIO FINAL DA CNV, 2014, vol. I, pp. 928-929).

As conexões norte-americanas anticomunistas intercontinentais estendiam seus tentáculos sobre o Cone Sul, especialmente em solo brasileiro com a participação do agente Dan Mitrione (MOTTA, 2008). Para Samantha Quadrat (2012), no desempenho das funções de assessoramento e treinamento de membros dos órgãos de segurança no Brasil²²⁵, cabe destaque ao protagonismo do “policial Dan Mitrione, que treinou tanto a polícia brasileira quanto a uruguaia, e acabou morto durante um sequestro realizado pelos tupamaros, no Uruguai, em agosto de 1970” (QUADRAT, 2012, p. 37). Embora multiarticulada e intercontinental, a Ditadura Civil-militar brasileira voltaria seus olhos e seu aparato repressivo para a ideia de uma integração nacional sobre as terras e as próprias culturas indígenas que historicamente habitavam áreas consideradas “vazios demográficos” e com grande utilização de mão de obra oriunda de trabalhadores que fugiam da grande seca que assolava o Nordeste brasileiro. Para além da questão econômica dos grandes projetos desenvolvimentistas propagada pelo regime, uma série de irregularidades envolvendo terras de grupos indígenas pode ser apurada a partir de denúncias contra órgãos governamentais como o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e da publicização do relatório elaborado pelo procurador da justiça Jader Figueiredo sobre arbitrariedades e graves violações de direitos humanos cometidas contra esses grupos.

2. As engrenagens ditatoriais e a “Questão indígena” no Brasil: o Relatório Figueiredo (1967)

Em meio a esse contexto de intensa utilização de violência política do Estado ditatorial brasileiro por meio de seus Aparelhos de Repressão contra seus opositores políticos surgem na imprensa nacional e internacional notícias relacionadas às denúncias de corrupção, esbulho de terras e rendas, torturas e massacres de vários grupos indígenas que estavam sob a tutela da política integradora do regime ditatorial e operacionalizados pelas ações do Serviço de Proteção ao Índio. Órgão criado em 1910, na esteira das diretrizes do Exército brasileiro representadas pelo Marechal Candido Rondon no cargo de diretor do SPI, tinha como objetivo

²²⁵ Sobre inserção e preparação de agentes brasileiros em um projeto maior dos Estados Unidos, denominado de “Escola das Américas”, e a atuação da Operação Condor, cujo objetivo seria a coordenação sobre a repressão a opositores dessas ditaduras, eliminar líderes de esquerda instalados nos países do Cone Sul e para reagir à Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), criada por Fidel Castro, ver QUADRAT, 2012. A hipótese de uma forte influência francesa (pós-Argélia) no combate às oposições no Brasil, sob o conceito de “guerra insurreccional” pode ser consultado neste mesmo trabalho.

a prestação de serviços de assistência a todos os índios do território nacional, conforme expresso em seu artigo primeiro:

- a) prestar assistência aos índios do Brasil, quer vivam aldeados, reunidos em tribus, em estado nômade ou promiscuamente com civilizados;
- b) estabelecer em zonas férteis, dotadas de condições de salubridade, de mananciais ou cursos de água e meios fáceis e regulares de comunicação, centros agrícolas, constituídos por trabalhadores nacionais que satisfaçam as exigências do presente regulamento (BRASIL, DECRETO N. 8.072, 1910).

No entanto, graves denúncias sobre a atuação do SPI levariam à criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar essas irregularidades, com publicação no Diário do Congresso Nacional em 24 de abril de 1963. Dois anos depois, as seguintes conclusões da Comissão de Inquérito foram aprovadas através da Resolução da Câmara dos Deputados nº 142-65:

- I - Foram, realmente, constatadas graves irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios sendo, portanto, procedentes as denúncias constantes da Resolução nº 1 de 1963, que deu origem à CPI;
- II - dessas irregularidades resultaram sérios prejuízos ao índio, quanto à sua integração à comunidade nacional, e ao seu patrimônio;
- III - ficou evidenciada a prática de delitos contra a Fazenda Nacional e o Patrimônio Indígena;
- IV - ficou positivado, ainda, o abandono sob o aspecto social em que se encontra o índio e a precária ou quase nula assistência médico-sanitária, educacional e técnico-agrícola por parte do SPI, através dos diferentes postos, em contraste com o trabalho desenvolvido pelas missões religiosas visitadas;
- V - constatou-se que a decadência da instituição se deve, também, à deficiência de pessoal especializado para atender aos encargos do Serviço de Proteção aos Índios (CÂMARA DOS DEPUTADOS, Resolução da Câmara dos Deputados nº 142-65, 1965).

Na esteira das conclusões aprovadas, outras denúncias como genocídio e outras violações de direitos humanos foram silenciadas, mesmo que possam ter levado à suspensão ou demissão de mais de cem funcionários de todos os escalões. O encerramento das atividades do SPI, em 1967, é seguido pela criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) cujo patrimônio seria constituído pelo acervo do SPI, do Conselho Nacional de Proteção dos Índios e do Parque Nacional do Xingu. Alvo de uma nova Comissão Parlamentar de Inquérito, as acusações sobre o SPI agora se avolumam e são descritas como: crimes contra a pessoa e a propriedade do índio; alcance de importâncias incalculáveis; adulteração de documentos oficiais; fraude em processos de comprovação de contas; desvio de

verbas orçamentárias; aplicação irregular de dinheiros públicos; omissões dolosas; admissões fraudulentas de funcionários e incúria administrativa.

No entanto, as atividades que lançariam um novo olhar sobre a política indigenista brasileira do período ditatorial seriam detalhadas através de um extenso relatório elaborado pelo procurador de justiça Jader de Figueiredo Correia. Conhecido como Relatório Figueiredo, foi encomendado pelo general Albuquerque Lima, ministro do Interior, com o objetivo de apurar práticas de corrupção no Serviço Nacional do Índio, o procurador geral percorreu com sua equipe mais de 16 mil quilômetros, visitando 130 postos indígenas em todo o país (STARLING, 2015). Parte integrante e atuante na condução da presidência da nova Comissão Parlamentar de Inquérito, Jader Figueiredo descreve suas longas observações de trabalho de campo ao longo de mais de sete mil páginas de documentos dispostos em 30 volumes. Destes, existem hoje preservados, digitalizados e disponibilizados para consultas *on line*, cinco mil páginas e 29 volumes. As conclusões que ambas CPIs chegaram foram significativamente investigadas, especialmente, as questões que foram tratadas como os “crimes contra a pessoa e a propriedade do índio”, a saber: assassinatos de índios (individuais e coletivos: tribos); prostituição de índias; sevícias; trabalho escravo; usurpação de trabalho do índio; apropriação e desvio de recursos oriundos do patrimônio indígena; e dissipação do patrimônio indígena. Especificamente sobre esta última são apresentadas as seguintes acusações apuradas: venda de gado; arrendamento de terras; venda de madeiras; exploração de minérios; venda de castanha e outros produtos de atividades extrativas e de colheita; venda de produtos de artesanato indígena; doação criminosa de terras; e venda de veículos. Os acusados também são apresentados no relatório, bem como um rol de acusações. Os membros da Comissão de Inquérito assinam o relatório encaminhado ao Ministro do Interior apontando em sua conclusão que:

Determina o Estatuto que o Inquérito Administrativo seja concluído no prazo de sessenta dias, prorrogáveis por mais trinta. Como, também, estabelece prazos irredutíveis para a defesa, os quais, no presente caso são superiores ao que resta a Comissão, mesmo concedida a prorrogação estatutária, sendo conveniente a instauração de uma nova Comissão de Inquérito. Convictos de haverem cumprido o dever e correspondido à confiança depositada por V. Exa., os membros da presente CI entregam ao judicioso julgamento de V. Exa. o processo em referência composto de 20 volumes, com 4942 folhas e mais 6 volumes anexos com 550 folhas (RELATÓRIO MI-58-445, 1967, p. 68).

Em março de 1968 é publicado no Diário do Congresso Nacional o requerimento para a abertura de uma nova CPI sobre a “questão indígena”, agora com foco nos estudos sobre “a legislação do indígena, investigar a situação em que se encontram as remanescentes tribos de índios do Brasil e propor diretrizes para a política indigenista no Brasil” (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL DO BRASIL, 27 de março de 1968, p. 2). As justificativas apresentadas nesse requerimento para a criação dessa nova CPI esmaecem o tom de denúncias de sua antecessora em nome de um discurso em defesa do indígena brasileiro dos interesses de “homens inescrupulosos”.

Em setembro do mesmo ano, as conclusões da CPI são publicadas com o despacho do Ministro do Interior referendando que:

Reconheço que foram atingidos os objetivos que tive em vista quando determinei este procedimento disciplinar que concluí pela apuração dos ilícitos praticados, identificando os responsáveis aqui enumerados e os dispositivos legais transgredidos. Lamento que alguns desses crimes tenham ficado impunes por tanto tempo, obstando, essa desídia, o castigo exemplar de alguns das que foram achados em culpa. Apurou-se, o que devia ser apurado, sem considerar o peso ou a influência eventual dos indiciados (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1968, p. 8051).

A conclusão do despacho traz ainda elogios ao procurador Jader Figueiredo e sua equipe, bem como recomenda a entrega da documentação apurada e sistematizada para Fundação Nacional do Índio para que fossem tomadas as providências sugeridas ou necessárias, dentro de suas competências administrativas, e a permissão para ampla divulgação do relatório. A historiadora Heloisa Starling (2015) aponta que isso não aconteceu, sendo apresentada pelos militares uma versão de que o relatório havia sido destruído em um incêndio. Contudo, após 44 anos, o relatório foi encontrado, quase intacto, por uma equipe de pesquisadores independentes e hoje se encontra disponibilizado para pesquisa em vários acervos digitais.

2.1 As lutas dos povos indígenas e a ideia de “obstáculo ao desenvolvimento” do Plano de Integração Nacional (1971)

A Ditadura Civil-militar brasileira assumiria poderes que lhes permitiria aplicar partes da Constituição de 1967, de viés mais autoritário, que integrava a Lei de Segurança Nacional, Atos Institucionais e Complementares, dialeticamente articulada entre a aplicação dessas medidas repressivas e a sugestão que apontaria para a restauração da democracia.

Maria Helena Moreira Alves (1984) destaca que, anterior ao Ato Institucional nº 5, considerado o mais repressivo e autoritário, houve alterações na legislação eleitoral, expurgos e medidas intimidatórias para enfraquecer os partidos políticos. A relação entre esse “controle do Estado” e a tentativa de institucionalização de um modelo econômico (e sem seu bojo, controle salarial e a criação de um fundo que substituíra as normas de estabilidade no emprego, o FGTS) se coaduna a incorporação pela Constituição de 1967 de partes específicas da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento referentes a um modelo específico de fomentasse esse crescimento econômico almejado. Assim, o “caráter permanente dos controles a ele incorporados deu origem a um novo período em que o modelo de desenvolvimento econômico podia ser plenamente aplicado, enquanto o Aparato Repressivo buscava a Segurança Interna absoluta, impedindo a dissensão organizada contra as políticas econômicas e sociais do governo. O Ato Institucional nº 5 forneceria assim o quadro legal para profundas transformações estruturais” (ALVES, 1984, p. 110 e 135). Assim, a destinação dessas medidas seria a eliminação de quaisquer núcleos potenciais de oposição, política, econômica e social, nas mais variadas possibilidades. A promoção de expurgos nas burocracias civil e militar ou mesmo a possibilidade de *neutralizar* qualquer cidadão que pretendesse organizadamente se opor às políticas em aplicação, em consonância com os princípios e estratégias da Doutrina de Segurança Nacional, avançavam também através de uma articulada rede de informações que traçava ações baseadas em objetivos gerais e específicos, sobre uma sociedade dividida em diferentes compartimentos a serem individualmente controlados (ALVES, 1984, p. 56, 78).

Nas considerações que iniciam o AI-5 é reafirmada a necessidade de combate à subversão e de adoção de “medidas que impeçam que sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária” (BRASIL, AI-5, 13 de dezembro de 1968). Sem prazo para expirar, ao contrário dos AI's anteriores, seria a “mais importante autojustificação do governo” (SKIDMORE, 1988, p. 124). Em outra perspectiva, “talvez a mais grave consequência do Ato Institucional é que ele abriu caminho para o uso desenfreado do aparelho repressivo do Estado de Segurança Nacional” (ALVES, 1984, p. 96).

Dentro da ideia de que não houvesse impedimento ao desenvolvimento econômico, o avanço do Estado ditatorial brasileiro sobre as terras de vários grupos in-

dígenas redimensionava as proporções do conflito. Com o uso de seu aparato repressivo, de extrema capilaridade, o avanço das máquinas, tratores e armas sobre os indígenas agora seria em nome da exploração de “terras sem homens para homens sem terras”, conforme lema do projeto, descaracterizando os grupamentos locais que habitavam tradicionalmente aquelas terras e florestas.

Formalizado através do Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1971, o Plano de Integração Nacional (PIN) teria como finalidade específica o financiamento de obras de infraestrutura, nas regiões Norte e Nordeste do país. Possuía orçamento de dois bilhões de Cruzeiros para o desenvolvimento de atividades com vigência entre os anos de 1971 e 1974, cuja prioridade, expressa em artigo 2º, seria a construção das estradas Transamazônica e Cuiabá-Santarém. Outra importante determinação seria a reserva, que seria “destinada à colonização e reforma agrária, de uma faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias para, com os recursos do Programa de Integração Nacional, se executar a ocupação da terra e adequada e produtiva exploração econômica” (BRASIL, Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1971).

Na obra intitulada *A política de genocídio contra os índios do Brasil*, publicação anônima de um grupo de antropólogos brasileiros, é apresentada um panorama sobre a situação dos grupos indígenas em todo território nacional e a denúncia da celeridade do projeto do General-presidente Ernesto Geisel (1974-1979) em sua política indigenista de uma integração das populações indígenas a sociedade brasileira. Especificamente sobre a construção da rodovia federal Transamazônica (BR-230), o livro aponta que:

Em fins do ano de 1970, os grupos de atração da FUNAI contactam no [estado do] Pará as primeiras tribos na rota da Transamazônica. São os jurunas, a 75 km de Altamira, e os araras, às margens do Rio Penetacuá, no km 170 da rodovia. Dois anos depois, dos 200 araras encontrados, restavam apenas 50. Havia abandonado a aldeia e vagavam perplexos ao longo da Transamazônica, na mais negra miséria (ASSOCIAÇÃO DE EX-PRESOS POLÍTICOS ANTIFASCISTAS, 1975, p. 9).

A mesma publicação aponta que a política da FUNAI dava os frutos esperados na rota da Transamazônica. Até o final do ano de 1973, todas as terras da região abrangida pelo empreendimento estavam ocupadas por agropecuárias, planos de colonização e empresas de mineração. A obra aponta ainda que, até 1974, das onze reservas criadas por decretos governamentais para abrigar as tribos encontradas às margens da estrada, nenhuma havia sido demarcada. Os constantes desrespeitos ao recém-formulado Estatuto do Índio (1973), explicitados também em reportagens veiculadas na imprensa internacional, se somam às denúncias,

apuradas pelo próprio exército brasileiro, do envolvimento em corrupção e esbulho de terras indígenas contra a Fundação Nacional do Índio, mesmo após o fim do regime ditatorial brasileiro. O manto da impunidade, do silenciamento e do esquecimento engendrado pela lei de autoanistia brasileira em 1979 começaria a ser novamente desnudado com os trabalhos da comissão instituída no ano de 2012 para apuração das graves violações de direitos humanos cometidas pelo Estado brasileiro entre os anos de 1946 a 1988, a Comissão Nacional da Verdade (CNV).

3. A Comissão Nacional da Verdade e a questão indígena

Instituída no dia 12 de maio de 2012²²⁶, a principal finalidade da CNV seria a apuração das graves violações de direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 05 de outubro de 1988. Desta forma, a CNV supervisionaria uma articulação de trabalhos entre grupos interinstitucionais em cooperação com o Arquivo Nacional, a Comissão Especial de 1995 e a Comissão de Anistia. Sobre esta última, de acordo com a descrição das atividades, a Comissão Nacional da Verdade poderia “colaborar com todas as instâncias do Poder Público para a apuração de violações de Direitos Humanos, observadas as disposições da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979” (BRASIL, PNHD-III, p. 214)²²⁷. Muito embora a própria Lei de Anistia obste quaisquer tentativas de julgamentos, no sentido criminal, o caráter investigativo inerente aos trabalhos dessa comissão é pautado na

²²⁶ A Comissão teria inicialmente um mandato de dois anos, de 16 de maio de 2012 a 16 de maio de 2014. Esse período foi prorrogado em mais sete meses, através da Medida Provisória nº 632, convertida na Lei 12.998, de junho de 2014. Nesta mesma lei foi preceituado que a CNV deveria apresentar ao final do trabalho, “relatório circunstanciado contendo as atividades realizadas, os fatos examinados, as conclusões e recomendações” (BRASIL, COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, p. 48).

²²⁷ As demais atividades designam que a CNV também poderia “requisitar documentos públicos, com a colaboração das respectivas autoridades, bem como requerer ao Judiciário o acesso a documentos privados; promover, com base em seus informes, a reconstrução da história dos casos de violação de Direitos Humanos, bem como a assistência às vítimas de tais violações; promover, com base no acesso às informações, os meios e recursos necessários para a localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos; e identificar e tornar públicas as estruturas utilizadas para a prática de violações de Direitos Humanos, suas ramificações nos diversos aparelhos de Estado e em outras instâncias da sociedade; registrar e divulgar seus procedimentos oficiais, a fim de garantir o esclarecimento circunstanciado de torturas, mortes e desaparecimentos, devendo-se discriminá-los e encaminhá-los aos órgãos competentes; apresentar recomendações para promover a efetiva reconciliação nacional e prevenir no sentido da não repetição de violações de Direitos Humanos (BRASIL, PNHD-III, 20010, p. 212-214).

efetivação do direito à memória e à verdade histórica e promoção da reconciliação nacional. Na entrega do seu relatório final, ao longo de 31 meses de trabalho, aponta dados sobre a estrutura repressiva e sua relação com graves violações de direitos humanos.

O compromisso e empenho no registro e esclarecimento das circunstâncias dessas arbitrariedades são somados aos esforços anteriores de apuração, como a Comissão de 1995, a partir da “reivindicação dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, em compasso com demanda histórica da sociedade brasileira” (BRASIL, COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, p. 20). A argumentação, por parte de grupos no interior das Forças Armadas, de “revanchismo”, ilegalidade ou parcialidade ao apurar apenas ações dos militares, para se referir aos trabalhos da Comissão, especialmente seu relatório final, seria retomada para descaracterizar sua atuação²²⁸. A retomada da conciliação nacional, com viés distinto daquele utilizado em 1979, passaria pelo reconhecimento de quatro conclusões, são elas: a) comprovação das graves violações de direito humanos; b) comprovação do caráter generalizado e sistemático das graves violações de direitos humanos; c) caracterização da ocorrência de crimes contra a humanidade; e d) persistência do quadro de graves violações de direitos humanos. Com objetivo de prevenir a repetição dessas violações, assegurando sua não repetição e promoção de aprofundamento do Estado democrático de direito são elencadas 29 recomendações, sendo dezessete medidas institucionais, oito iniciativas de reformulação normativa, de âmbito constitucional e legal, e quatro que garantiriam o prosseguimento das ações e recomendações da CNV.

Especialmente sobre as populações indígenas, o relatório final da CNV, entregue em 2014, descreve as arbitrariedades cometidas pelo exército brasileiro na tentativa de eliminação dos focos de luta armada arregimentados pela oposição ao regime, especialmente na região conhecida como Bico do Papagaio, entre os estados do Maranhão, Tocantins e Pará. Na repressão ao que ficou conhecida como Guerrilha do Araguaia, na utilização de habitações e aldeamentos indígenas e de seus conhecimentos sobre as matas e florestas vários índios foram capturados, seviciados, torturados e assassinados. Ainda segundo o relatório final da CNV,

²²⁸ O presidente do Clube Naval, o vice-almirante reformado Paulo Frederico Soriano Dobbin afirmou que a investigação não traz provas concretas o suficiente para condenar as pessoas listadas pelo relatório na Justiça comum. Acrescente que os clubes militares das três armas haviam iniciado uma demanda judicial contra a CNV por restringir seus esforços no período de 1964 a 1988. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/clube-militar-relatorio-da-cnv-e-ilegal-e-revanchista,e4237bbb4d53a410VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>

foram também empregados centros clandestinos fora das grandes áreas urbanas, tais como os criados para “prisão ilegal e arbitrária e outras violações de direitos humanos de indígenas em suas próprias terras, como ocorreu entre os Kaingang, Terena e Kadiwéu (respectivamente, povos indígenas do sul de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul)” (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, vol. 1, p. 320).

Para além da problemática sobre a invasão às terras indígenas, a CNV aponta questões referentes à assimilação dessas populações e a perspectiva de aculturação, pela imposição dos autodenominados “valores civilizacionais”. Nos depoimentos de indígenas coletados pela CNV podem ser observados casos de graves violações dos direitos humanos envolvendo vários povos indígenas. O relatório descreve uma típica situação do encontro inicial entre militares e os aldeamentos indígenas:

Surpreendidos pela chegada do Exército, os Aikewara foram mantidos cativos em sua própria aldeia e submetidos às mesmas privações e torturas impostas aos camponeses, tanto no que diz respeito aos indivíduos como no que se refere à coletividade. Os homens foram obrigados, sob coerção, a servir de guias para as tropas do Exército, enquanto suas esposas permaneciam cativas dos soldados na aldeia. Algumas, devido ao estresse da situação, sofreram abortos e outras perderam filhos nascidos prematuramente. Como grupo, os indígenas tiveram sua aldeia e reservas de alimento queimadas e os poucos homens que puderam permanecer na aldeia foram impedidos de sair para caçar, pescar, coletar ou trabalhar no roçado. Assim, sofreram não somente a fome e falta de abrigo imediatos, como também foram privados tanto da manutenção de sua subsistência como dos elementos materiais de sua cultura, situação que colocou aquela comunidade sob risco de diminuição e desagregação (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, vol 1, p. 703-704).

Não obstante os esforços de apuração da CNV, outras questões permanecem em aberto como estudos aprofundados sobre o grupamento montado e treinado por militares envolvendo contingente indígena, a Guarda Regional Indígena (GRIN) ou mesmo os centros de detenção indígenas e reformatórios, utilizados com violência indiscriminada, como o Reformatório Agrícola Indígena Krenak, localizado no município de Resplendor (MG), um “*centro de recuperação*” de índios mantido pela ditadura militar. Segundo Starling,

Indígenas de todas as regiões do Brasil foram jogados em suas celas, acusados por “crimes”, como desacato ao chefe do posto, vadiagem, consumo de álcool e pederastia (homossexualidade masculina). No Reformatório do Krenak, os militares também forçaram a criação de milícias indígenas, as Guardas Rurais Indígenas (GRINs), treinadas para aplicar técnicas de tortura criadas pelo homem branco (STARLING, 2015, p.32).

A própria ideia do caráter não conclusivo do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, entregue em 10 de dezembro de 2014 à presidente Dilma Rousseff, se apresenta no rol de medidas e conclusões definidas no documento. Em meio às críticas das Forças Armadas pode ser observado também o descontentamento de diversas entidades que se mobilizaram pelos esclarecimentos dos fatos ao longo dos anos investigados pela CNV. A concepção do caráter de conciliação nacional que embasa o documento não deveria contemplar os agentes da repressão, garantida pela falta de caráter punitivo inerente à própria limitação de atuação da Comissão, embora seu “relatório possa embasar futuras ações na justiça” (NAPOLITANO, 2014, p. 332).

Desta forma, as tensões decorrentes dessa tentativa de “acerto de contas com o passado”, forma usual de se referir as esses mecanismos inseridos em uma perspectiva de justiça de transição, se desdobram desde a aprovação da Lei de Anistia e encontramos seus ecos em várias mobilizações para revisão de seu complexo caráter de amplitude/exclusão, reciprocidade/restrrição e a tentativa de esclarecimentos de fatos ocorridos entre 1946 e 1988. É de suma importância a compreensão do modo como o regime ditatorial brasileiro institucionalizou seu Estado de Exceção pós-1964, bem como sua concepção de anistia, atrelada a um tipo de esquecimento comandado, convenientemente seguro para os militares, em um momento de transição política pactuado. A não criminalização das graves violações de direitos humanos contras as populações indígenas brasileiras, devidamente documentadas e relatadas, permanece como uma ameaça à memória histórica, cultural e territorial das populações indígenas remanescentes.

Considerações Finais

Como parte dessa tentativa de expor as arbitrariedades cometidas em nome da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento e a operacionalização de seu plano de “integração nacional”, ambos os relatórios aqui analisados, no que tange à questão indígena durante o Brasil pós-1964, o relatório Figueiredo e o relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, podem ser interpretados como fundamentais para a compreensão das graves violações de direitos humanos e outras arbitrariedades e desmandos de ordem econômica contra as populações indígenas. Assim, muito ainda se tem debatido e demandado sobre os efeitos das políticas de verdade e justiça contra as práticas de usos e abusos da violência política brasileira sobre os grupos indígenas no Brasil. As afirmações gravitam

entre a reintegração das vítimas à sociedade, pelo reconhecimento de seu sofrimento, lhes garantindo uma justiça social ou, em outra direção, os argumentos utilizados para consolidação desses direitos referentes à memória histórica se inserem na discussão em nome da dissuasão. Assim, tornar-se-ia possível a investigação, revelando, castigando, “ajustando as contas com o passado”, como forma de contribuição para o impedimento da repetição dessas violências. O exame minucioso desse passado, assim, seria uma “arma contra o esquecimento”, mediante a qual se pode combater a amnésia social, escamoteada por diversas formas de “revisionismos”, cuja função precípua seria a de justificar ou negar as atrocidades passadas em nome da estabilidade política ou em nome da segurança nacional, tão em voga nos dias de hoje.

Referências bibliográficas

- BRASIL. (1910). Decreto-Lei n. 8.072, de 20 de junho de 1910. Crêa o Serviço de Protecção aos Indios e Localização de Trabalhadores Nacionaes e approva o respectivo regulamento.
- BRASIL. (1964) Lei nº 4.314, de 13 de julho de 1964. Cria o Serviço Nacional de Informações (SNI).
- BRASIL. (1967). RELATÓRIO MI-58-445: Ministério do Interior.
- BRASIL. (1968). Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências.
- BRASIL. (1970). Decreto-Lei n. 1.106, de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências.
- BRASIL. (1979). Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, concede anistia e dá outras providências.
- CIA. (1974). Job 80M01048A: Subject Files, Box 1, Folder 29: B-10: Brazil.
- DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL DO BRASIL, 27 de março de 1968.
- DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. (1963). 24 de abril de 1963.
- DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. (1968). 10 de setembro de 1968.
- ALVES, Maria Helena Moreira. (1984) *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Editora Vozes.
- ASSOCIAÇÃO DE EX-PRESOS POLÍTICOS ANTIFASCISTAS. (1975). *A política de genocídio contra os índios do Brasil*.

- CÂMARA DOS DEPUTADOS. (1965). Resolução da Câmara dos Deputados n. 142-65, de 13 de junho de 1965. Aprova as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios.
- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (2014). Relatório Final, vol 1.
- DREIFUSS, René (1981). *1964: a conquista do Estado*. Rio de Janeiro: Vozes.
- FICO, Carlos. (2017). Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.9, n.20, pp. 05-74, jan-abr.
- GADDIS, Jhon Lewis. (2007). *A Guerra Fria*. Lisboa: Edições 70.
- JOFILLY, Mariana. (2014). “O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento”. In: AARÃO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; PATTO, Rodrigo (eds.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 93-101.
- _____. (2009). Quando o ataque é a melhor defesa: interrogatórios políticos da Oban e do DOI-CODI. *Antíteses*, vol. 2, n. 4, pp. 769-799, jul.-dez.
- MELO, Demian. (2012). Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. *Espaço Plural*, ano XIII, nº 27, pp.39-53, segundo semestre.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (2008). O Instrutor. *Revista de História*, 07/07/2008. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/o-instrutor>. Acedido em 12 de maio de 2019.
- NAPOLITANO, Marcos. (2014). *1964: A história do Regime Militar brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto.
- PADRÓS, Henrique Serra. (2008). Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos *et al* (orgs.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, pp. 143-178.

- QUADRAT, Samantha Viz. (2012). A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, pp.19-41, jan/jun.
- REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto (eds). (2014). *A ditadura de mudou o Brasil*. Editora Zahar: Rio de Janeiro.
- STARLING, Heloisa. (2015). Silêncios da Ditadura. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n.12, Julho, pp. 37-46.